

Lei de Improbidade Administrativa

Autor(res)

Maira Soares Camacho Guilayn
Elisa Rodrigues Coelho
Antonia Centeno Andrei
Adriana Coelho Dias

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE PELOTAS

Introdução

Embora seja de extrema importância para evitar práticas prejudiciais ao dinheiro público, a Lei de Improbidade Administrativa tem enfrentado diversas dificuldades em sua aplicação. Um dos principais problemas reside na lentidão do sistema judiciário, o que frequentemente resulta em processos longos, muitas vezes perdendo a efetividade da punição e causando desgaste às partes envolvidas.

Além disso, a interpretação subjetiva de alguns dispositivos legais pode gerar inconsistências na aplicação da lei, proporcionando brechas para argumentações que buscam evitar as sanções previstas. A complexidade do processo e a necessidade de comprovação sólida também representam obstáculos, podendo dificultar a obtenção de evidências conclusivas em casos de improbidade.

Objetivo

O intuito deste estudo é examinar e enfatizar as várias adversidades encontradas ao aplicar a Lei de Improbidade Administrativa, com o objetivo de compreender os desafios que estão presentes nesse âmbito jurídico.

Material e Métodos

Para realizar essa tarefa, adotou-se uma abordagem dedutiva que incluiu uma ampla revisão bibliográfica e análise de jurisprudência. Foram utilizados como principais materiais os textos normativos relevantes da Lei de Improbidade Administrativa, além de decisões judiciais significativas e pareceres de especialistas na área jurídica. A revisão da literatura abarcou artigos acadêmicos, livros e documentos oficiais, o que proporcionou uma base sólida para a compreensão do quadro legal e suas interpretações. A combinação desses métodos e materiais tem como objetivo oferecer uma análise abrangente e aprofundada das dificuldades enfrentadas na aplicação da Lei de Improbidade Administrativa.

Resultados e Discussão

A demora nos trâmites de improbidade administrativa e a imposição de punições excessivas são questões legítimas relacionadas à aplicação da Lei de Improbidade Administrativa no Brasil. Essas preocupações podem comprometer a efetividade da lei, portanto, é crucial buscar um equilíbrio entre a necessidade de responsabilizar

os agentes públicos e o princípio da razoável duração do processo. Além disso, é preciso garantir que as sanções sejam proporcionais às infrações cometidas. Dessa forma, a análise cuidadosa da legislação de 2021 e a busca por aprimoramentos na sua aplicação pelos profissionais do direito são medidas relevantes para enfrentar essas preocupações e otimizar o sistema de combate à corrupção no país.

Conclusão

Em síntese, este trabalho ressalta a complexidade intrínseca à aplicação da Lei de Improbidade Administrativa no contexto brasileiro. As dificuldades identificadas, como devido à lentidão do sistema judiciário, interpretações subjetivas, falta de recursos ou resistências políticas, demonstram a necessidade urgente de aprimorar e revisar constantemente essa legislação. É fundamental que as reflexões apresentadas sirvam como base para debates e medidas que impulsionem mudanças efetivas no sistema.

Referências

Brasil. Lei nº 14.230, de 26 de outubro de 2021. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 out. 2021.

AJARDONI E DA FONSECA, Fernando. Comentário à nova Lei de Improbidade Administrativa. 6.ª edição. Editora Revista dos Tribunais, 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.